

Publicado em *Jornal O Fluminense* (<http://www.ofluminense.com.br>)

[Início](#) > Baía de Guanabara vai ganhar plano de monitoria de desastres

Baía de Guanabara vai ganhar plano de monitoria de desastres

Cidades 

Cidades

Baía de Guanabara vai ganhar plano de monitoria de desastres

Tamanho da fonte: [A-](#) [A+](#) Por: *Daniel Braga* 29/09/2012

Força-tarefa, coordenada pelo Inea e com a participação de mais de 40 empresas e órgãos públicos, terá a missão de atuar em casos de desastres, como derramamento de óleo

O Plano de Área da Baía de Guanabara (PABG) para conter desastres ambientais está perto de sair do papel. O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) deve lançar no próximo ano o processo de coordenação e implementação do plano, que vai reunir mais de 40 empresas com potencial de contaminação que atuam no entorno da baía. Elas passarão a integrar uma força-tarefa para conter, por exemplo, derramamentos de óleo. O PABG irá substituir o Plano de Emergência da Baía de Guanabara (PEBG), um acordo de cavalheiros entre as empresas que mesmo sem obrigação legal, se reúnem para agir em casos de necessidade.

De acordo com o Inea, o PABG vai reunir todas as empresas com potencial de contaminação, independentemente do porte, definindo atribuições com precisão e será executado através das próprias companhias, através de um Comitê Gestor. Além da implantação da diretriz, o Inea será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da atuação das empresas que, individualmente, terão um Plano de Emergência Individual (PEI).

A reunião de todos esses planos, segundo o instituto, formará o PABG, fundamentado em diferentes atividades potencialmente poluidoras em uma área como a Baía de Guanabara, onde há intenso tráfego aquaviário, concentração de estaleiros, plataformas, terminais petrolíferos, portos e indústrias ao redor.

Quando for efetivado, o PABG será articulado a partir de um banco de dados de base cartográfica, mantido desde 2005, pelo Inea, com abrangência em 14 municípios situados ao redor da Baía de Guanabara. Contudo, detalhes como a criação de planilha visando o ressarcimento de despesas, bem como protocolos, são alguns dos pontos ainda em discussão para conclusão da proposta.

Para composição do PABG, já existem 42 empresas integradas, estando entre elas a Transpetro - TABG, a MGX Empreendimentos, a Nitshore, Nitport, bem como os

estaleiros Cassinú, Mauá, Aliança e Renave/Enave. Outras companhias situadas na área e com potencial de contaminação também deverão aderir ao plano, à medida que seus projetos individuais forem sendo aprovados.

“Estas ações certamente vão reforçar os cuidados que precisarmos ter com a Baía de Guanabara. Elas são muito importantes, sobretudo no ponto de vista ambiental”, disse a presidente do Inea, Marilene Ramos.

Além da emergência

Denominado nos últimos 21 anos como Plano de Emergência da Baía de Guanabara (PEBG), o projeto prevê o combate, a contenção e o recolhimento por derramamento de óleo na referida região e congregaria ao menos 40 companhias e órgãos como a Marinha do Brasil e o Inea. Oficializado em 1991, porém, sem ratificação cinco anos mais tarde, as empresas do PEBG desempenham um compromisso voluntário de participar do combate a eventuais acidentes por derramamentos de produtos perigosos na Baía, com o apoio de entidades como a Capitania dos Portos, além da Defesa Civil dos municípios e do Estado.

A engenheira química Dora Hees de Negreiros, do Instituto Baía de Guanabara (IBG), enfatizou a relevância do PABG, bem como de outras ações para a região.

“Sempre houve um grupo para cuidar de situações de emergência ambiental no estado do Rio. No caso da Baía, essa comitiva congrega ao menos 40 empresa e órgãos públicos, que se demonstrou eficiente nos últimos anos, porém, funciona como um acordo, nada tão oficial. Daí a importância desse plano”.

“No entanto, além dele, entendo ser fundamental uma proposta para a Baía de Guanabara como um todo, porque nas Olimpíadas teremos provas de Vela e há muito lixo por lá ainda. Não se trata de limpar completamente, pois há muito esgoto ao redor e chegará mais. Há cidades da região sem água que, quando forem abastecidas, as moradias de ocupações desordenadas poderão vir a despejar mais efluentes na Baía”, completou.

“É preciso recuperá-la e preservá-la porque estamos falando de uma imagem nacional, não apenas do Rio de Janeiro. Ao se referirem ao Brasil no exterior, quantas fotos ou filmagens se vê da Baía de Guanabara? Temos quatro anos não para ganhar a medalha de ouro, mas sim para fazer bonito”, concluiu.

Caso

Na última segunda-feira, o Ministério Público Federal denunciou a Petrobras e dois gerentes da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) por poluição à Baía de Guanabara. Segundo a Procuradoria da República, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, análises dos efluentes despejados pelo empreendimento no Rio Iguaçu teriam concluído que o nível de poluentes estaria acima do permitido.

Em resposta, a empresa alegou que não recebeu notificação judicial sobre suposto crime ambiental envolvendo derramamento de óleo da Reduc e contaminação do rio, que desemboca na Baía de Guanabara, bem como de seus manguetões. Na Refinaria, de acordo com a Petrobras, todos os efluentes seriam tratados e o descarte de resíduos estaria em acordo com a legislação.

Daniel Braga
O FLUMINENSE

O FLUMINENSE

[Compartilhar](#)

AVALIE:

Comente a Notícia

Os comentários são de total responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do Grupo O Fluminense. Mensagens que contenham ofensas, acusações e palavrões ou xingamentos não serão publicadas.

Comentários

Esta matéria possui 0 comentário(s)

Nenhum comentário.



Objetivo é reunir empresas com potencial de contaminação em defesa da Baía. Foto: Arquivo

12

VISITE A GALERIA DE FOTOS DO JORNAL O FLUMINENSE

Publicidade: